

Hospedagens do RS ainda sentem impactos da enchente

Sondagem da Fecomércio-RS avaliou desempenho recente do segmento

/TURISMO

Sofia Kramp Leke
sofial@jcrs.com.br

Depois de enfrentar os impactos e incertezas das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, o setor de meios de hospedagem demonstra confiança na retomada, apesar de dificuldades.

Um levantamento da Fecomércio-RS, realizado com 385 estabelecimentos de hotéis e similares em todo Estado entre os dias 23 de junho e 13 de julho, traçou o perfil do setor e avaliou o desempenho recente das empresas, considerando também diferentes mudanças como a adaptação à reforma tributária, discussões sobre possíveis alterações na jornada de trabalho, entre outras que impactam a atividade.

Os resultados apontam para um setor firme e consolidado, mas que ainda possui obstáculos a superar. Os impactos das enchentes de 2024, por exemplo, ainda persistem para parte do setor.

Entre os estabelecimentos que sofreram algum tipo de perda, apenas 34,4% afirmam ter se recuperado totalmente e 19,1% quase totalmente. Entre aqueles que ainda enfrentam algum tipo de desafio relacionado ao evento, a redução de faturamento, citado por 52,3% (cerca de 201 estabelecimentos), é o principal, logo à frente de prejuízo financeiro e



Patricia Palermo destaca o desafio de adaptação do setor à nova lógica tributária

perda de clientes, representando ambos 45,3% (cerca de 174 estabelecimentos cada).

Ainda no cenário econômico, o desempenho dos últimos seis meses revelou um cenário heterogêneo. Entre as opções excelentes, muito boas e boas, 49,1% dos empresários relataram as vendas nesse período como uma dessas alternativas, enquanto 37,1% classificaram como regular e 13,8% como ruim. O nível de ocupação que mais apareceu foi o de 61% a 70%, ou seja, uma média de 18,44% no primeiro semestre de 2026.

A situação financeira dos seus negócios é avaliada positivamente por empresários, mantendo expectativas favoráveis para os próximos meses, porém, fatores como a sazonalidade da demanda, a elevada carga tribu-

tária, a pandemia, os efeitos dos eventos climáticos e a adaptação das empresas às novas exigências regulatórias continuam impondo desafios à operação de seus estabelecimentos.

Dados mostram que 75,8% das hospedagens estão em funcionamento há mais de dez anos, ou seja, 292 dos entrevistados fazem parte do segmento maduro do setor. Sobre o perfil da demanda, em média 62,7% dos hóspedes são gaúchos, 31,2% são de outros estados e 6,2% do exterior.

O turismo de negócios aparece como a principal fonte de faturamento para 224 dos estabelecimentos, representando 51,2%. Esse número reflete na ocupação, que é mais acentuada durante os dias de semana, conforme relatado por 58,2% dos empresários.

Perspectiva para o próximo semestre é positiva

Patricia Palermo, economista-chefe da Fecomércio-RS, afirma que o número dos meios de hospedagem em atividade, identificado pela sondagem, se encontra "totalmente" dentro do esperado.

"É importante lembrar que passamos por dois eventos críticos que foram especialmente negativos para a hotelaria, pandemia e enchentes. Portanto, um número alto de empresas longevas mostra um segmento com resistência econômica relevante", explica.

Para o futuro, a expectativa é que os próximos seis meses permaneçam favoráveis.

Cerca de 161 estabelecimentos acreditam que as vendas melhoraram um pouco, representando 41,8%, a maioria. Enquanto isso, 32,5% esperam se manter estáveis e 15,1% projetam que melhorar muito.

Dentre os principais desafios internos, com até duas respostas, destacam-se a ociosidade em temporada com 53%, a alta rotatividade de funcionários com 26,2% e gestão financeira 16,6%.

Patricia conta que "a sazonalidade é uma marca do tipo típico de turismo que temos no Estado. Enquanto as cidades não tiverem mais apelo turístico permanente, vai ser difícil fugir des-

se padrão".

Nos desafios externos, também com até duas respostas, a carga tributária se sobressai. Cerca de 183 estabelecimentos, representando 47,5%, a citam como principal obstáculo.

Com a reforma tributária, a maioria, sendo de 57,7%, ainda enfrenta dificuldades, não concluiu as adequações ou desconhece as mudanças necessárias.

"Quanto à carga tributária, estamos diante de uma reforma. A hoteleira vai ter um regime específico. O desafio vai ser se adaptar a uma nova lógica e sistemática tributária", afirma Patricia.

Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

A conta do El Niño

Enquanto meteorologistas e produtores acompanham os sinais de um possível Super El Niño, o Brasil volta a encarar uma velha vulnerabilidade: a dificuldade de se preparar financeiramente para eventos climáticos extremos. Este tema será abordado nesta entrevista com Fabio Damasceno, diretor técnico de seguro rural da Mapfre e vice-presidente interino da Comissão de Seguros Rurais da Federação Nacional de Seguros Gerais.

- Toda vez que um fenômeno climático extremo ameaça o país, a discussão segue um roteiro conhecido. Qual é esse roteiro?



Fabio Damasceno

O roteiro é basicamente a lacuna que ficou dos recentes eventos climáticos. Depois do acontecido se observa o espaço entre proteção securitária e danos. Se pegarmos o episódio das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, verificamos que existia uma cobertura de menos de 6% do prejuízo apurado na época. Precisamos trabalhar com planejamento e aprimoramento de produtos para que essa cobertura cresça proporcionalmente e dê ao produtor uma proteção interessante.

- As dúvidas sobre a intensidade do fenômeno climático permanecem e, diante disso, é necessário cautela?

É preciso cautela e planejamento. Também é importante buscar boas informações para a realização do plantio no período adequado. Temos culturas, como a do arroz, que pode sofrer com os efeitos desse evento. Além da produção, precisamos falar de outros aspectos. Os danos patrimoniais que estão cobertos também são essenciais. A visão do produtor com a gestão de risco numa propriedade é muito importante.

- Quais as consequências mais visíveis de eventos dessa natureza? Quebra de safra e o que mais?

A quebra de safra é o ponto principal. A cadeia do agronegócio depende da produção para rodar. A economia dos municípios e a segurança alimentar do país fica comprometida se não existir uma política pública que auxilie o produtor.

- Posteriormente ao evento climático, quem absorve os prejuízos quando eles chegam?

A economia de muitos municípios gira em torno do agronegócio. As perdas que não são indenizadas acabam impactando toda a cadeia, não apenas no quesito alimentar, mas também no fluxo de dinheiro circulante. Quando o produtor não tem seguro, precisará contar com o apoio do governo.

- O seguro rural precisa ocupar um espaço maior na discussão sobre o futuro do agronegócio?

Totalmente. Recentemente tivemos o lançamento do Plano Safra e não se falou em seguro. Também foi aprovada a renegociação das dívidas, com amortização de taxas de juros na faixa de R\$ 4 bilhões ao ano. Neste caso, se fosse feito um aporte num programa de seguros, poderíamos ampliar a cobertura da área plantada no Brasil. Chegamos a ter 14% e agora a previsão é de chegar ao final do ano com menos de 3%. É preciso uma discussão ampla sobre a aplicação desses recursos públicos de forma a trazer ao produtor a segurança para continuar produzindo.

Proteção começa sempre com **informação.**

Siga o SINDESEGRS nas redes sociais para conhecer tudo sobre o Mercado Segurador, de forma didática e envolvente.

Sindsegrs 130 ANOS